

fel  
7

## CONTRATO AVULSO N.º 52/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR CONSULTA PRÉVIA, PARA  
“ELABORAÇÃO DO REOT, REVISÃO DO PDM E ELABORAÇÃO DA CARTA  
DA REN”**

**VALOR DO ACTO: €69.000,00 + IVA**

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, em Montemor-o-Velho e Edifício dos Paços do Concelho é celebrado o presente contrato, entre os seguintes outorgantes:

**PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO**, pessoa colectiva de direito público, número **501 272 976**, através da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, representada pelo seu Presidente **Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dr.**, casado, natural e residente na Vila de Montemor-o-Velho, com poderes bastantes para o ato, os quais lhe são conferidos pela alínea f) do n.º 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprovou o actual regime jurídico das autarquias locais.

**SEGUNDO: LUGAR DO PLANO, GESTÃO DO TERRITÓRIO E CULTURA, LDA.**, sociedade por quotas, com sede na Avenida Araújo e Silva, nº 52, 3810 – 048 Aveiro, registada no Registo Comercial sob número único de matrícula e de pessoa colectiva **506 378 802**, de acordo com a consulta on-line da certidão permanente, com o código de acesso: **5022-1786-4615**, subscrita em 18-11-2013 e válida até 18-11-2021, representada neste acto por **Fernanda Maria da Costa Quinta**, portador(a) do Cartão de Cidadão nº 7434085 1 ZY5, válido até 07-07-2019, com domicílio profissional na Avenida Araújo e Silva, nº 52, 3810 – 049 Aveiro, que outorga na qualidade de Gerente da Sociedade, com poderes bastantes para o presente acto que lhe foram conferidos pela certidão permanente da sociedade, acima referida.

O Vice-Presidente da Câmara, por despacho de 4 de Junho do corrente ano, mediante realização de procedimento pré-contratual por consulta prévia e após o cumprimento das respectivas formalidades legais, adjudicou à representada do(s) segundo(s) outorgante(s) a **“Aquisição de Serviços para a Atualização de Desenvolvimento dos Estudos e**

**Propostas Técnicas relativos à Elaboração do REOT, Revisão do PDM e Elaboração da Carta da REN**”, em conformidade com as cláusulas previstas no caderno de encargos, no respectivo convite e de acordo com a proposta adjudicada, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que são do inteiro conhecimento das partes. \_\_\_\_\_

1. Que nos termos e para efeitos do disposto do art.º 290º-A do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, foi designado como Gestor do Contrato da presente prestação de serviços, e em nome da Entidade Adjudicante, a(o) Arq.ª Joana Coelho, nomeado(a) por despacho do Presidente da Câmara de 28 de Março do corrente ano. \_\_\_\_\_

2. Que, em conformidade com o despacho do Vice-Presidente da Câmara de 4 de Junho do corrente ano, foi aprovada a minuta do presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **1ª. Objeto:** \_\_\_\_\_

O presente contrato tem como objecto a “**Aquisição de Serviços para a Atualização de Desenvolvimento dos Estudos e Propostas Técnicas relativos à Elaboração do REOT, Revisão do PDM e Elaboração da Carta da REN**”, ficando esta prestação sujeita às Disposições Gerais, Especificações Técnicas e outras, constantes do caderno de encargos, documento que faz parte integrante do presente contrato, pelo qual se rege, e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **2ª. Prazo:** \_\_\_\_\_

1 - O prazo para a execução do REOT, Revisão do PDM e elaboração da Carta da REN é de 18 meses a contar da data da adjudicação, sem prejuízo do cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação da mesma e sem prejuízo do cumprimento do disposto nas obrigações principais do adjudicatário. \_\_\_\_\_

2 - A contagem de tempo para efeitos de cumprimento dos prazos fixados, será interrompida pelo período de tempo que a entidade adjudicante e ou outras entidades intervenientes no processo necessitem para proceder à apreciação dos documentos respeitantes a essa fase. \_\_\_\_

\_\_\_\_ **3ª. Preço Contratual:** \_\_\_\_\_

1 - Pela prestação de serviços objecto do presente Contrato, bem como, pelo cumprimento

das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, fica o Município de Montemor-o-Velho obrigado a pagar ao prestador de serviços **€69.000,00**, valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. \_\_\_\_\_

**2 -** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, comunicações incorridas pelo adjudicatário, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças). \_\_\_\_\_

**4ª. Condições de Pagamento:** \_\_\_\_\_

**1 -** Os pagamentos devem ser feitos pela entidade adjudicante no prazo de 30 dias após a receção pelo Município das respetivas faturas, que serão emitidas apenas com o vencimento da obrigação respetiva e de acordo com o faseamento seguinte: \_\_\_\_\_

**a) 1.ª Prestação – 15% do valor do contrato, com a entrega da 1.ª fase (REOT) e após aceitação dos respetivos serviços.** \_\_\_\_\_

**b) 2.ª Prestação – 20% do valor do contrato, com a entrega da 2.ª fase Estudos de caracterização e diagnóstico, estudos temáticos e setoriais, identificação de aspetos condicionadores da proposta e âmbito da proposta, Proposta Preliminar de delimitação da Reserva Ecológica Nacional.** \_\_\_\_\_

**c) 3.ª Prestação – 20% do valor do contrato, com a entrega da 3.ª fase - 1.ª Proposta do Plano e Carta da REN a submeter à apreciação por parte das entidades e apos aceitação por parte dos serviços.** \_\_\_\_\_

**d) 4.ª Prestação – 35% do valor do contrato, com a entrega da 4.ª fase e emissão de parecer final favorável – Elaboração da versão da Proposta do Plano com todo o seu conteúdo material e documental para a conferência procedimental e posterior emissão de parecer final e Discussão Pública.** \_\_\_\_\_

**e) 5.ª Prestação – 10% do valor do contrato, com a entrega da 5.ª fase – Relatório de Ponderação da Discussão Publica e elaboração da Versão Final da Proposta do Plano para Aprovação.** \_\_\_\_\_

2 - Em caso de discordância por parte do Município de Montemor-o-Velho quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de uma fatura corrigida. \_\_\_\_\_

3 - Desde que devidamente emitida e obrigando o disposto no n.º 1, a fatura é paga através do meio de pagamento que o Município de Montemor-o-Velho considerar conveniente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **5ª. Cabimento e Compromisso:** \_\_\_\_\_

Foi verificado que o encargo financeiro, resultante do presente contrato, está cabimentado e compromissado na despesa orçamental, para o corrente ano económico, através das rubricas seguintes: **orgânica: 02 e económicas: 070113 – Investimentos Incorpóreos**, conforme o documento de compromisso, com o n.º sequencial (Lei 8/2012): **31965/2019**, o qual se encontra anexo ao presente contrato e dele faz parte integrante. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Que a presente prestação de serviços se inclui nas Grandes Opções e Orçamento do ano 2019, sob o **Código de GOP: objectivo 2; programa 242; projectos 2019/6 – Revisão do PDM, incluindo REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território e Carta da REN**, de acordo com o documento atrás referido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ A despesa de **€50.908,34** fica a cabimentar em rubrica do Orçamento para o Ano Económico de 2020. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ A repartição da despesa, com a execução do presente contrato, a realizar no ano económico de 2019, foi autorizada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária de 19 de Dezembro de 2018, cujo teor da certidão da minuta da acta aqui se dá por inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **6ª. Caução** \_\_\_\_\_

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o ponto 13 do convite, não é exigida a prestação de caução. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **7ª. Obrigações do prestador de serviços:** \_\_\_\_\_

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador a obrigação da prestação dos seguintes serviços: \_\_\_\_\_

th  
4

- a) Executar os trabalhos que lhe forem adjudicados, com observância das normas vigentes e que se relacionem com os trabalhos em causa e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência; \_\_\_\_\_
- b) Cumprir as condições fixadas para a execução do trabalho no Caderno de Encargos, proposta apresentada e custo de adjudicação a celebrar; \_\_\_\_\_
- c) Realizar, no mínimo, mensalmente, um relatório com o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos; \_\_\_\_\_
- d) Realizar, sempre que a entidade adjudicante solicitar, uma reunião de trabalho nas instalações da entidade adjudicante, que contará com o coordenador da equipa, (com a periodicidade máxima de dois em dois meses– a verificar conforme a fase do processo); \_\_\_\_\_
- e) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados; \_\_\_\_\_
- f) Prestar as informações que lhe forem solicitadas pela entidade adjudicante; \_\_\_\_\_
- g) Participar nas reuniões de acompanhamento à elaboração do plano ou quaisquer outras convocadas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, nomeadamente relativas à divulgação do plano. \_\_\_\_\_

2 - Após a conclusão técnica dos trabalhos, a equipa fica, ainda, obrigada a introduzir todas as retificações decorrentes de erros/omissões imputáveis, mesmo que reconhecidas já em tramitação legal posterior, até à publicação dos mesmos em Diário da República. \_\_\_\_\_

3 - A título acessório, o prestador de serviços fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_ 8ª. Metodologia e faseamento da prestação do serviço: \_\_\_\_\_

Os serviços referidos na cláusula anterior serão executados de acordo com a seguinte metodologia e faseamento: \_\_\_\_\_

1.ª Fase – Elaboração do Relatório sobre o estado do ordenamento do território (REOT); \_\_\_\_\_

2.ª Fase – Estudos de caracterização e diagnóstico, estudos temáticos e setoriais, identificação de aspetos condicionadores da proposta e âmbito da proposta, Proposta Preliminar de

delimitação da Reserva Ecológica Nacional; \_\_\_\_\_

**3.ª Fase** – Elaboração da 1.ª Versão da Proposta do Plano, a submeter a apreciação por parte das entidades; \_\_\_\_\_

**4.ª Fase** – Elaboração da Versão da Proposta do Plano com todo o seu conteúdo material e documental para conferência procedimental e posterior emissão de parecer final e Discussão Pública; \_\_\_\_\_

**5.ª Fase** – Relatório de Ponderação da Discussão Pública e elaboração da Versão Final da Proposta do Plano para Aprovação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **9ª. Termos da cooperação com o município:** \_\_\_\_\_

O município deverá providenciar a cooperação e envolvimento dos seus colaboradores na execução do projeto, de acordo com os termos seguintes: \_\_\_\_\_

a) Formação interna de equipa multidisciplinar no âmbito das áreas técnicas do objeto da contratação; \_\_\_\_\_

b) Aprovação por parte do município, no prazo de 10 dias úteis, após a receção de qualquer comunicação do projeto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **10ª. Sanções contratuais:** \_\_\_\_\_

**1** - Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, nomeadamente incumprimento das datas e prazos dos serviços objeto do presente contrato, pode exigir o município de Montemor-o-Velho do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até 20% sobre o preço contratual, o qual poderá ser deduzido aos pagamentos a efetuar ao prestador. \_\_\_\_\_

**2** - Poderá, ainda, haver lugar à resolução do contrato nos termos da cláusula 16.ª do Caderno de Encargos e nos termos gerais previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP, sem prejuízo do município de Montemor-o-Velho poder vir acionar o direito de indemnização nos termos gerais sobre o dano excedente ou decorrente da adoção de novo procedimento. \_\_\_\_\_

**3** - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Montemor-o-Velho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento, nomeadamente em termos de prejuízo para o interesse público. \_\_\_\_\_

hend  
4

\_\_\_\_ **11ª. Resolução por parte do contraente público:** \_\_\_\_\_

1 - Sem prejuízo dos fundamentos legais vigentes, o Município de Montemor-o-Velho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: \_\_\_\_\_

a) Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos associados à prestação do serviço expressas no Caderno de Encargos e no Contrato; \_\_\_\_\_

b) Incumprimento das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis; \_\_\_\_\_

c) Prestação de falsas declarações; \_\_\_\_\_

d) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato, superior a 10 dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso excederá esse prazo; \_\_\_\_\_

e) Recusa em prestar o serviço. \_\_\_\_\_

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação enviada ao prestador de serviços. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **12ª. Resolução por parte do prestador de serviços:** \_\_\_\_\_

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e independentemente do direito de indemnização, o prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos que se encontram previstos no art.º 332.º do CCP. \_\_\_\_\_

2 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP. \_\_\_\_

\_\_\_\_ **13ª. Resolução de litígios:** \_\_\_\_\_

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo da área do Município de Montemor-o-Velho, com expressa renúncia a qualquer outro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **O(s) Segundo(s) Outorgante(s)** aceita(m) o presente contrato, com todas as obrigações que dele emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele ficam a




fazer parte integrante, atrás mencionados, e que por estar(em) de acordo assina(m). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Todos os documentos de habilitação exigidos se encontram arquivados no processo de contrato, tendo sido conferidos e verificada a sua validade a esta data. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Não foi pago imposto de selo por não ser devido nos termos do n.º 2 do artigo 1º do Código do Imposto do Selo. \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO OUTORGANTE:** \_\_\_\_\_



**O(S) SEGUNDO(S) OUTORGANTE(S):** \_\_\_\_\_





**Contrato de Prestação de Serviços, por consulta prévia, para “Elaboração do REOT, Revisão do PDM e Elaboração da Carta da REN”**

Adjudicação: Despacho de 04 de Junho de 2019

Empresa: Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura, Lda.

Prazo de Vigência: 18 Meses

Valor do Contrato: €69.000,00 + IVA

Valor para 2019: €33.961,66

Valor para 2020: €50.908,34

A Técnica Superior,

*[Assinatura]*  
(17-06-2019)

**Informação de Compromisso**  
**Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal**

CONTRATO: 78/2019

Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 31965/2019

|   |   |           |
|---|---|-----------|
| Código de GOP - 2 242 2019/6 REVISÃO DO PDM, INCLUINDO REOT - RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CARTA DA REN |   |           |
| Fonte de Financiamento  | Administração Autárquica                  | %         |
|   | Administração Central                     | %         |
|   | Fundos Comunitários                       | %         |
| Classificação Funcional - 242   |   |           |
| Orçamento para o ano de 2019  |   |           |
| Classificação Orgânica - 02   |   |           |
| Classificação Económica - 070113 Investimentos incorpóreos  |   |           |
| 1   | Dotação Inicial                           | 12.000,00 |
| 2   | Reforços / Anulações                      | 24.000,00 |
| 3   | Congelamentos / Descongela                | 0,00      |
| 4 = 1 + 2 - 3   | Dotação Corrigida                         | 36.000,00 |
| 5   | Compromissos assumidos                    | 544,80    |
| 6 = 4 - 5   | Dotação Disponível                        | 35.455,20 |
| 7   | Compromisso relativo à despesa em análise | 33.961,66 |
| 8 = 6 - 7   | Saldo Residual                            | 1.493,54  |

Data - 19-06-2019

Assinatura do responsável

*[Assinatura]*

1. Valor da Rubrica no Orçamento Inicial
2. Valor das Modificações à Rubrica (+/-)
3. Valor das Cativações (+/-), caso as haja
4. 1 + 2 - 3
5. Cabimentos (026) para a rubrica, até ao atual
6. 4 - 5 (ou valor da 023 para a rubrica, deduzido das Cativações)
7. Valor do Cabimento em análise (actual)
8. 6 - 7 (ou valor da 023 para a Rubrica, deduzido das Cativações e do Cabimento em análise)



Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Ficha do Compromisso

CONTRATO: 78/2019

N.Seq.: 31965

Serviço Requiritante: 60 Div. Planeamento Gestão Territorial

Cabimento prévio: REQ.INT: 5/2019

Contrato: Nº 78 de Aquisição de serviços para Serviços

Entidade: 16148 Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura, Lda.  
NIF: 506378802

Orgânica: 02 Câmara Municipal  
Económica: 070113 Investimentos incorpóreos

GOP: 2 FUNÇÕES SOCIAIS  
242 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
2019/6 REVISÃO DO PDM, INCLUINDO REOT - RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CARTA DA REN

| Data       | Nº Lanç. | Valores   |           | Realização |       | Saldo     | Anos Seguintes | Descrição |
|------------|----------|-----------|-----------|------------|-------|-----------|----------------|-----------|
|            |          | Inicial   | Correções | Documento  | Valor |           |                |           |
| 19-06-2019 | 4325     | 33.961,66 |           |            |       | 33.961,66 |                |           |
| 19-06-2019 | 4326     |           |           |            |       | 33.961,66 | 50.908,34      |           |



Comprovativo de Fundos Disponíveis

CONTRATO: 78/2019

N.Seq.: 31965

Serviço Requisitante: 60 Div. Planeamento Gestão Territorial

Entidade: 16148 Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura, Lda.

| Data       | Período de Liquidação | 2019          |           | Anos Seguintes |           |      |      | Justificação<br>(para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos) |
|------------|-----------------------|---------------|-----------|----------------|-----------|------|------|---|
|            |                       | F. Disponível | Valor     | F.Disp após    | 2020      | 2021 | 2022 |   |
| 19-06-2019 | junho                 | 781.858,34    | 33.961,66 | 747.896,68     |           |      |      |   |
| 19-06-2019 | janeiro               | 0,00          |           | -50.908,34     | 50.908,34 |      |      |   |

